

GOVERNO DO ESTADO

Adesão ao PDV exige cautela por parte dos servidores

Proposta deverá ser aprovada até março

DANIELLA ARRUDA

Adesão ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), que está prestes a ser oficializado pelo governo do Estado, exige planejamento, estudo e cautela por parte do servidor público de Mato Grosso do Sul, em razão do risco de se abrir uma brecha para dificuldades financeiras em médio prazo. O alerta é do economista Thales de Souza Campos, para quem a decisão de ingressar nesse tipo de iniciativa requer situação financeira bem resolvida e realização de um estudo de viabilidade econômica por parte do interessado.

“Tivemos ‘n’ tipos de PDV, tanto nacionais como estaduais e municipais e também de empresas. Não é um recurso novo. Mas o grande problema é que nós não temos educação financeira e como não temos, também, um planejamento de curto, médio e longo prazo, em qualquer PDV que o trabalhador, seja ele público ou privado, for participar, terá de ter bastante consciência”, ressaltou. De um lado, explicou, está a



Saiba

O que está sendo proposto

O governo do Estado estima que a indenização oferecida aos servidores que aderirem ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) gire em torno de 30% sobre o valor da remuneração mensal, por ano de efetivo serviço público prestado ao Estado. O PDV ainda está em fase de elaboração e deve ser submetido ao crivo do governador e aprovação da Assembleia até a próxima semana.

instituição [governo, empresa pública ou privada], que precisa adequar custos e com isso fazer demissões. Do outro, há a lei trabalhista, reformada há pouco mais de um ano, que flexibilizou o desligamento do trabalhador, possibilitando

que isso seja feito por meio de acordos.

“Em segundo lugar, se fez a opção pelo PDV, o trabalhador precisa ser muito bem educado empresarialmente para pegar o recurso e fazer um bom empreendimento, que tenha a mesma rentabilidade de quando ele estava no emprego anterior. Quantas empresas abrem e fecham porque não têm estudo de viabilidade econômica? Então, são várias discussões que precisam ser feitas, desde o planejamento até a educação empresarial”, pontuou o economista.

Ainda de acordo com Thales Campos, ao se aposentar, os servidores perdem as gratificações e ficam apenas com o salário-base, que normalmente gira entre 40% e 60% do que ele ganha atualmente. “Se esse trabalhador estiver organizado financeiramente, vale a pena ir para o PDV; caso contrário, não”, ressaltou.

O economista disse desconhecer a proposta de PDV do governo do Estado [segundo informações preliminares, a indenização será calculada sobre



GOVERNO. Plano de Demissão Voluntária ainda passará pelo crivo do governador Reinaldo Azambuja

30% da remuneração do servidor, de acordo com o tempo de serviço prestado], mas avalia que esse porcentual depende muito do tempo que o funcionário público já trabalhou, principalmente os que estão no serviço público há mais tempo. “Para quem trabalhou menos, não vai ser tão vantajoso. Frisando que a norma é coletiva, porém, cada um tem de pensar no seu individual”, destacou.

Quanto ao porcentual de indenização, Thales avalia que normalmente não difere muito em relação ao de PDVs anteriores, porque o governo tem as próprias possibilidades, que são mínimas, e com base nelas é que vai fazer o pagamento. “E o fato de pedir o PDV não quer dizer que a solicitação do servidor será aceita. Às vezes, a função dele é muito importante, há falta no quadro de servidores, e o pedido de

adesão não é aceito”, finalizou.

EXPERIÊNCIA

Na década de 90, o ex-servidor Cláudio [nome fictício, para preservar a identidade do entrevistado], hoje com 62 anos, aderiu ao Plano de Demissão Voluntária promovido pelo governo estadual da época. Quando isso aconteceu, sua remuneração era de pouco mais de R\$ 1 mil e recebeu R\$ 18 mil de indenização. “Achei que era muito dinheiro e apliquei na reforma da minha casa. Mas em pouco tempo acabou o dinheiro e só lá frente fui me dando conta de que tinha feito um mau negócio. Achei que era vantagem, mas na verdade não é assim. É uma ilusão, uma bolha de oportunidade”, comentou.

Após a saída do serviço estadual, Cláudio manteve apenas vínculo empregatício com o

município e, na hora de se aposentar, foi preciso juntar os anos que atuou como servidor antes do PDV [cerca de 26, quando desligou-se dos quadros do governo do Estado], para poder requerer o benefício pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “Mesmo assim, o INSS não me deu o mesmo valor que eu receberia se tivesse ficado no serviço público até aposentar”, afirmou.

Com a experiência que teve, o ex-servidor é taxativo quando perguntado se recomendaria a adesão ao PDV para outros funcionários públicos atualmente. “Não faça, porque vai se arrepender. É toda uma carreira e um tempo de serviço que você perde, principalmente para quem tiver mais de 20 anos de serviço, não compensa”, finalizou.

CAMPO GRANDE

Prefeitura lança projeto de apicultura

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedesc) lançou o projeto SOS Abelhas, que tem o objetivo de capacitar produtores da agricultura familiar na atividade, em Campo Grande. O projeto terá duração de 12 meses e começa com a licitação de kits com equipamentos para o manejo de insetos e colmeias. Inicialmente, dez famílias participarão do projeto e, na segunda fase, serão incluídas mais cinco turmas de 20 agricultores familiares cada, conforme publicado ontem no Diário Oficial do município.

De acordo com a publicação da Sedesc, as ações do projeto buscam oportunizar novos negócios no ramo da apicultura no Município de Campo Grande, atender à demanda de produtores da agricultura familiar e outros pequenos agricultores, na produção com sustentabilidade e empreendedorismo.

A secretaria também destaca o impacto significativo que a iniciativa deve trazer no meio social, econômico e ambiental. “Além da possibilidade de ampliação e geração de renda, dissemina a



DIVULGAÇÃO

PRODUÇÃO. Meta é capacitar agricultores familiares do município

consciência ambiental, já que a disponibilidade de matéria-prima depende da vitalidade floral dos territórios onde é praticada. Acrescente-se a isso o fato de essa atividade ser incompatível com o uso de agrotóxicos e outros produtos químicos, facilitando assim a certificação orgânica da produção e, com isso, possibilitando a comercialização a preços que podem chegar a ser 30% superior ao do mel não certificado”, explicou.

Ainda segundo a Sedesc, outros destaques são a exigência de baixo investimento e o baixo custo de manutenção e, mesmo assim, com bom retorno financeiro.

RESGATE

O SOS Abelhas foi concebido por meio da Sala do Empreendedor, do projeto Campo Grande Empreendedora, que foi iniciado nas incubadoras municipais de Campo Grande, no ano passado. O principal objetivo do projeto é “incentivar o desenvolvimento da apicultura, no âmbito da agricultura familiar, composta por pequenos produtores rurais, proporcionando a geração de emprego e renda para essas comunidades, de maneira sustentável, uma vez que tal atividade demanda a preservação ambiental”.

Ainda segundo divulgado pela Sedesc, no Município de



Saiba

Extermínio de abelha é crime

Exterminar abelhas é um ato considerado crime ambiental no Brasil, de acordo com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a qual traz em seu art. 29 que “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida” é um crime contra a fauna. A pena para tal crime é de 6 meses a 1 ano de detenção e multa.

Campo Grande existe grande ocorrência de enxames nidificados ou transitórios, de abelhas africanizadas em áreas urbanas, fato que geralmente ocorre na estação das flores e no verão. “O forte calor e o desmatamento na zona rural contribuem para que os enxames migrem para a área urba-

na, em busca de locais mais frescos para construírem suas colmeias”, pontuou. Diante disso, o projeto visa resgatar as abelhas de locais impróprios [área urbana] e destiná-las para os pequenos produtores, com toda assistência necessária no início do processo. “Assim, por meio do processamento do mel, a intenção é criar oportunidades a esses pequenos produtores, agregar-lhes valor e melhorar a fonte de renda”.

A capacitação dos produtores será realizada por engenheiros agrônomos e técnicos em agropecuária com experiência na atividade. Entre as atividades previstas, estão cursos de organização social e associativismo, planejamento e gestão [controle financeiro], curso básico de capacitação técnica em apicultura e manejo apícola [aperfeiçoamento técnico em apicultura].

Já o monitoramento e a avaliação do projeto ficarão a cargo de um comitê gestor, a ser formado por representantes da própria Sedesc, do Serviço Brasileiro de Apoio à Microempresa (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) e universidades, entre outras. (DA)

EMBRAPA

Ministra da Agricultura deve vir a MS amanhã

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina Corrêa, deverá participar amanhã do Encontro de Jovens da Agropecuária, promovido pela CNA Jovem, e de um bate-papo com o setor produtivo, parceiros da Embrapa e entidades de classe, marcado para as 16h30min, na Embrapa Gado de Corte. Também estará presente no evento o agrônomo Xico Graziano, que falará sobre os desafios do agronegócio para os jovens. Ele é destaque em estudos do agronegócio no Brasil. A vinda do palestrante marcará a abertura do MBA em Gestão do Agronegócio. A palestra será gratuita e acontecerá das 14h às 16h, no mesmo local.



INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 20 de fevereiro de 2019

UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERMS (fevereiro)	27,57
UAM/MS (fevereiro)	3,7852
UFIR (Out 00)	1,0641

INFLAÇÃO

Fonte: FOLHA
Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	SET	OUT	NOV	DEZ	12M.
IPCA do IBGE (%)	0,48	0,45	-0,21%	0,15	-4,05
INPC/IBGE (%)	0,30	0,40	-0,25%	0,14	-3,56
IGPM-MEQUV (%)	1,52	0,89	-0,49%	-1,08	9,68
IGP-DMEQUV (%)	1,79	0,26	-1,14%	-0,45	8,38
IPC/FIPE (%)	0,39	0,48	0,15%	0,09	-3,49
IPC (C-GDEI) (%)	0,42	0,78	-0,10%	0,14	-3,70

POUPANÇA

	ANTIGA POUPANÇA	NOVA POUPANÇA
(Dep. feitos até 03/05/2012)	21/2 = 0,5000	21/2 = 0,3715

CÂMBIO

Em R\$		
Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,727	3,729
DÓLAR TURISMO (BB)	3,68	3,87
DÓLAR PARALELO	3,7094	3,7100

SALÁRIO MÍNIMO

Janeiro/2019 R\$ 998

ALUGUEL

Reajuste de contratos em Dezembro 2018

	IGP FGV	IGPM FGV	INPC IBGE	IPC FIPE	IPCA IBGE
Índice de novembro 2018	-1,14	-0,49%	-0,25%	0,15%	-0,21%
Fator de correção anual	1,0838	1,0969	1,0356	1,0347	1,0405

*Multiplique o aluguel pelo fator para encontrar o novo valor.
*O fator de correção anual é o acumulado dos últimos 12 meses.
*Os índices de Novembro geram os reajustes de Dezembro.

INSS

Contribuição à Previdência Social

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2019.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.751,81	8
De 1.751,82 até 2.919,72	9
De 2.919,72 até 5.839,45	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
998,00	11**
998,00	5*
998,00 até 5.839,45	20

* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo ou que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência – Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011
** Plano simplificado – Lei complementar 123, de 14/12/2006.

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 20 de fevereiro de 2019

Grãos	MÍNIMO	MÁXIMO
Milho (60 kg)	31,00	31,00
Soja (60 kg)	65,00	66,00
Algodão (@) caroço tipo 6	28,00	28,00

Fonte: www.ceasa.ms.gov.br

Fechamento: 20 de fevereiro de 2019

Bovinos	
Arroba à vista e livre de FUNRURAL	
Boi - Região Oeste de MS	137,90
Boi - Região Centro de MS	139,87
Vaca - Região Oeste de MS	128,05
Vaca - Região Centro de MS	126,08

Fonte: www.famasul.com.br